

DENÚNCIA

Na reunião ordinária do passado dia 28 de Janeiro de 2010 faziam parte da mesma, cinco pontos da Ordem de Trabalhos respeitantes a indemnizações cujos lesados eram:

- Ponto 7: Sr. Joaquim da Silva Moreira
- Ponto 8: Sr. Nuno Manuel Serafim Tavares;
- Ponto 9: Sr. Paulo Alexandre Coelho da Silva;
- Ponto 10: D. Deolinda Maria Coutinho Pinto de Babo;
- Ponto 11: D. Maria Manuela da Costa Teixeira;

Em plena reunião de câmara solicitei os respectivos processos, a fim de os consultar, para poder ter uma opinião mais avalizada, uma vez que em meu poder apenas tinha o relatório final. E aquilo que eu receava veio a confirmar-se: os referidos processos de averiguação demoraram tempo em demasia até serem concluídos. Mas o que é mais gritante é que, depois de concluídos os relatórios dos processos que estavam a cargo da Sra. Dra. Cláudia Amorim, para obter o parecer do Chefe de Divisão do Gabinete Jurídico, Dr. José Augusto Diogo Peixoto, passaram-se meses. Já no decorrer da reunião de 28 de Janeiro, o Sr. Vereador Dr. Artur Melo, tinha chamado a atenção do Sr. Presidente, para o facto de a caligrafia dos despachos feitos pelo Sr. Dr. José Peixoto, ser praticamente ilegível, o que eu aqui venho reforçar.

A culpa não pode morrer solteira! Ao responsável devem ser assacadas as respectivas responsabilidades!

Como é sabido, os Chefes de Serviço têm isenção de horário, e como tal, têm a obrigação de diariamente deixar o expediente em dia, principalmente quando estão em causa interesses de terceiros, e o serviço em questão se limita à leitura de relatórios e feitura do despacho final de decisão!

Sr. Presidente será desta forma que se quer fazer crer que se trabalha muito como se ouve apregoar? Entendemos que não.

Admita por exemplo que alguma destas situações acontecia com V^a Ex^a, e que o Senhor não era Presidente de Câmara, nem usufruía de vencimento compatível para de imediato dar resolução ao problema. Andaria com o carro esmurrado desde Fevereiro do ano passado? Ou com o pára-brisas partido? Não metia pneus na viatura em que rebentaram dois? Deixava entrar água na habitação ao longo dos anos?

Temos que ser coerentes nas afirmações que fazemos como eleitos do poder local. Temos de ser céleres na condução e resolução dos problemas que nos são apresentados e determinar que quem tem responsabilidades de dar informações internas, não dependentes de pareceres externos, o faça com a celeridade que as situações impõem.

À uns anos atrás, na altura em que ainda era Presidente de Câmara, foi feito um contrato de seguro, cuja apólice, que ainda está em vigor, tinha cobertura para todas estas situações, com uma franquía de duzentos e cinquenta euros, com excepção dos casos em que era necessária a utilização de explosivos, casos em que se teria de dar conhecimento detalhado onde iriam ser executadas as obras.

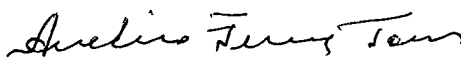
Será que as companhias de seguros estão a ser atempadamente informadas, em cada um dos processos, a fim de se pronunciarem, para o respectivo pagamento, nos casos acima da franquía atrás referida?

O que me foi garantido é que não, o que é grave, pois a Câmara continua a desembolsar as quantias previstas nas respectivas apólices.

Pelo acima exposto, venho por este meio apresentar a presente tomada de posição que solicito conste na íntegra da acta da reunião ordinária de hoje.

Marco de Canaveses, 11 de Fevereiro de 2010

Os Vereadores do Movimento Marco-Confiante com Ferreira Torres,



(Avelino Ferreira Torres)
